

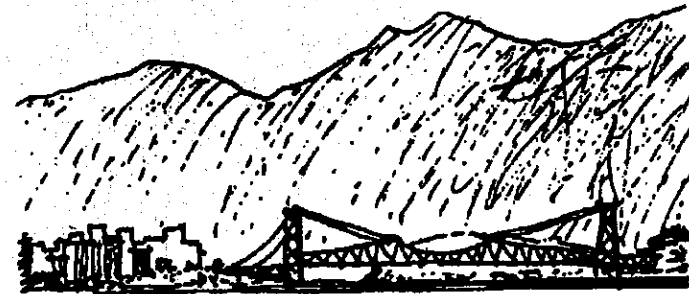
TEXTOS E DEBATES

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE
E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

ANO 1 - Nº 1 - 1991

UFSC

*DESCENDENTES DE AFRICANOS
EM SANTA CATARINA:
INVISIBILIDADE HISTÓRICA E SEGREGAÇÃO*





TEXTOS E DEBATES são cadernos destinados a estimular a produção e o intercâmbio entre pesquisadores, núcleos de estudos e instituições afins. É editado pelo Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas da UFSC.

Capa: Marta Dischinger - Desenhos da Ilha de Santa Catarina, 1989.
Composição: Joatan Preis Dutra
Impressão: Xerox da UFSC

Endereço:
TEXTOS E DEBATES - NUER / PPGAS / CFH / UFSC.
Campus Universitário / UFSC - Trindade - Florianópolis - SC - Brasil,
CEP: 88010-970 - Fone: (048) 231-9250 - Fax: (048) 231-9751.
E. Mail: nuer@cfh.ufsc.br

DESCENDENTES DE AFRICANOS EM SANTA CATARINA: INVISIBILIDADE HISTÓRICA E SEGREGAÇÃO*

Ilka Boaventura Leite**

O EMBRANQUECIMENTO

Em Santa Catarina, os descendentes de africanos, quando comparados com outros grupos, de outras origens étnicas, têm sido, de um modo geral, considerados como um grupo minoritário, tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista político¹. O primeiro sentido, o demográfico, tem sido reafirmado

*Edição de circulação restrita. Texto publicado em *Negros o Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*, Florianópolis, Editora Letras Contemporâneas, 1996.

**Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina; Coordenadora do Nuer.

¹O conceito de minoria tornou-se instrumental nas Ciências Sociais, sobretudo nos anos 70, para expressar a situação de um grupo étnico que em uma sociedade nacional permaneceu diferenciado, seja por critérios de exclusão,

pelos últimos censos, e o segundo expressa-se através das pesquisas histórico-sociológicas e dos discursos dos militantes e lideranças negras.

O Estado de Santa Catarina aparece no Censo Demográfico de 1980 com o menor percentual de negros do país. Em 1988, por ocasião das comemorações do Centenário da Abolição, um jornal de ampla circulação nacional publicou e comentou exaustivamente esses dados, organizados segundo "A Percentagem de Negros na População do Brasil"². Aí aparecem os cinco Estados de mais baixo percentual, que seriam: Paraná - 2,6%; Santa Catarina - 2,0%; Mato Grosso do Sul - 2,0%; Fernando de Noronha - 2,0%; - Amazonas - 1,7%. Se forem considerados estes dados do IBGE, vale lembrar que Santa Catarina é um dos que possui uma maior diversidade étnica, em se tratando de contingentes espacialmente agrupados, e que nos demais, com exceção do Paraná, a composição étnica inclui maioria de "nativos" - indígenas ou

inclusão, ou ambos. Goffman, por exemplo, define grupo minoritário como "indivíduos que têm uma história e uma cultura comuns (e com frequência, uma origem nacional comum), que transmitem sua filiação ao longo de descendência, numa posição que lhes permite exigir sinais de lealdade de alguns membros, e numa posição relativamente desvantajosa na sociedade". (1982:156)

²Rangel, R. Casal negro sente preconceito no cotidiano. *Folha de S. Paulo*, A:11, 9/05/88. Vide também IBGE. Censo Demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade (IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980. Rio de Janeiro, 1983, p.34-35.

descendentes e miscigenados, população esta que, tradicionalmente, tem sido também excluída do conceito e categoria de "branco". Interessante notar que o número obtido para Santa Catarina refere-se a auto-identificação, de onde o Censo apura 91,44% de população que se declara como "branca".

Estes dados, colhidos a partir de uma bem-intencionada mas controvertida metodologia³, se considerados como parâmetro para a construção das atuais representações e ações político-sociais, revelam uma espécie de consenso em que Santa Catarina aparece como o Estado onde a população considerada "negra" apresenta um dos menores índices no Brasil. A outra parte seria composta por pequena parcela de açorianos, de "lusobrasileiros", e uma ampla maioria de descendentes de europeus, principalmente alemães, italianos e poloneses. Este quadro assegurou para Santa Catarina, no cenário nacional, a imagem não apenas de "Estado branco", mas de "uma Europa incrustada no Brasil", de "superioridade racial", de "desenvolvimento e progresso". A estas imagens soma-se, também, uma de particular importância, que é a de Santa Catarina como o "locus" de concretização do projeto

³O contexto de discriminação indica ao mesmo tempo uma tendência ao auto-embranquecimento como forma de defesa. Já discuti esta questão em Leite, Ilka B. Os Sentidos da Cor e as Impurezas do Nome. *Cadernos de Ciências Sociais*. Florianópolis, Departamento de Ciências Sociais, 1988.

imigrantista implantado desde meados do século XIX, visando principalmente o "branqueamento" do país.

Encoberto pelo argumento de que "o país carecia de uma nacionalidade" (Azevedo, 1987,p.60), este projeto, largamente discutido durante a separação política do Brasil de Portugal, na implantação do regime republicano e sobretudo nas primeiras décadas do século XX, tornou-se imprescindível na elaboração dos signos de "brasilidade" necessários à consolidação da idéia de nação brasileira, de um país "mais branco"⁴. Verificou-se anos mais tarde que o branqueamento desejado concretizou-se através da instalação de amplas medidas legais para uma imigração maciça de europeus em grandes proporções e de várias procedências entre a segunda metade do século passado e a primeira deste. Para tanto, conforme Azevedo (1987, p.60), as heterogeneidades foram desconsideradas, e a massa inculta e marginalizada, sobretudo de ex-escravos, foi tomada pela elite do país como "inferior", como incapacitada, como representando um entrave àqueles projetos que pretendiam transformar o país em uma "verdadeira nação". O tema do negro, segundo esta autora, passou a ser tratado por aqueles que propunham soluções e metas, *"não no ângulo inicialmente proposto - o da coação do ex-escravo e demais*

⁴A ideologia do branqueamento foi discutida por Skidmore(1976), Ortiz(1985) e no contexto da imigração por Azevedo(1987).

naturais ao trabalho livre mas, sim, no da perspectiva de sua substituição pelo imigrante". Enquanto a autora descreve para São Paulo nos anos de 1840 um quadro em que grandes proprietários já tentavam usar os imigrantes nas grandes fazendas e provar que eles poderiam, num futuro próximo, substituir o escravo, em Santa Catarina a substituição ocorreu por uma via direta, já que o ex-escravo não chegou a sequer ingressar no mercado de trabalho assalariado que se abria, mantendo-se invariavelmente na economia informal. Tudo isto sem contar que as várias etapas do processo de abolição foram concomitantes à implantação efetiva da imigração européia.

A defesa do branqueamento foi unânime, porém diversificada na sua fundamentação. Passou por diversos argumentos, mas principalmente pela crença de que seu sucesso iria ser conseguido *pela via do Sul*, quer pela presença irrelevante dos negros, quer pela expectativa de intensa mestiçagem entre "europeus brancos imigrantes" e "africanos negros ex-escravos". Uma crença verdadeiramente romântica, até pelo final feliz para o "branco". Vejamos, por exemplo, o que escreveu Sílvio Romero (1880, p.53):

"...depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado para tal resultado: - de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a imigração européia".

Prevedo o desaparecimento do índio e também o do negro pelo cruzamento com o branco, Romero defende o branqueamento como forma de elevar mentalmente e socialmente o "tipo brasileiro" pretendido. Seria uma miscigenação seletiva, já que o suposto branco, por uma questão de sobrevivência física, num clima tão inadequado, precisaria assimilar a força existente nos habitantes dos trópicos. É explícito o seu empenho neste "salutar" amálgama humano, onde defende uma espécie de vitória da "raça branca superior".

Já Rodrigues (apud Leite, 1976) temia que o Sul do país, colonizado por brancos, se opusesse ao Norte, dominado por "*mestiços indolentes, mas de viva inteligência*". Para Rodrigues, os "povos selvagens", postos em relação com os "civilizados", ou se tornavam iguais a estes últimos (do que ele não tinha muita certeza), ou se extinguiriam.

Com maior ênfase ou de modo mais discreto, sejam apoiadas ou não, as teses do branqueamento foram se fortalecendo, quer no plano ideológico⁵, quer no plano político⁶, ou no plano mitológico⁷.

Após a Segunda Guerra, a suposta mestiçagem e o embranquecimento "racial e social" desejados por Romero tornaram-se comprovadamente improcedentes embora seus efeitos sociais já fossem visíveis. Menos provável seria uma separação política entre o Sul e o Norte, movida por diferenças étnicas, como vislumbrou e temeu Rodrigues. O índio havia sido dizimado pelas expedições de aprezamento, o trabalho forçado, as epidemias e guerras⁸, e o negro até então escravizado fora desqualificado culturalmente e encontrava-se sem qualquer habilitação profissional. Ambos irão continuar a servir de parâmetro na comparação sobre o "mérito" das supostas "raças". Mais do que isto, servirão para fortalecer as teses que afirmam a superioridade do europeu. O "embranquecimento", mais do que estatístico,

⁵ Leite (1976) realiza uma análise do suposto caráter brasileiro, de sua construção ideológica e os seus representantes na literatura brasileira.

⁶ Através da própria legislação e de ações administrativas que irão beneficiar os imigrantes recém-chegados, em detrimento de índios, negros e caboclos.

⁷ Sobre o "mito das três raças", vide Da Matta, 1981.

⁸ Vide SANTOS, Silvio Coelho. *Índios e brancos no Sul do Brasil - a dramática experiência dos Xokleng*. Porto Alegre, Movimento; Brasília, Mic/Pró-Memória/INL, 1987.

procedia-se movido pelos pressupostos ideológicos que necessitavam negar sua presença para construir o "vazio" a ser ocupado pelos imigrantes.

Esta idéia de branquira, de desenvolvimento e progresso das raças, foi reforçada, mesmo que indiretamente ao longo deste século XX, através de muitos textos científicos, inclusive por alguns deles que se propuseram a mostrar a "realidade" dos negros do Sul. Os mitos da superioridade irão resistir no interior dos métodos de pesquisa adotados, através dos tipos de questões que serão elaboradas, nas comparações e nos pressupostos teóricos gerais, através dos quais os autores irão inserir "o caso de Santa Catarina". Procurarei demonstrar como se procedem tais observações e também responder por que, até os dias atuais, pouco se sabe sobre esta população. Não se trata, aqui, de desconhecer a importância das contribuições da historiografia que analisa o sistema escravista em Santa Catarina - contribuições estas que foram capazes de ampliar o olhar sobre a sociedade brasileira abrangente, identificando uma região ou processo histórico específico no contexto das fronteiras nacionais. Mas, ao contrário, de analisar como se construíram tais perspectivas e de propor algumas revisões, à luz de novas questões que se fazem pertinentes na atualidade.

A INVISIBILIDADE

A grande maioria das pesquisas que enfocam a contribuição dos descendentes de africanos no Sul do Brasil afirma *a sua especificidade* em relação às outras regiões do Brasil. Sobretudo ao examinar os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, *duas especificidades são apontadas*: a primeira, fundamentada a partir de uma análise do passado colonial, afirma que o negro teve e tem presença rara, inexpressiva ou insignificante e atribui a isto a ausência de um grande sistema escravista voltado para a exportação, como ocorreu em outras regiões do Brasil. Parte do pressuposto de que, de um modo ou de outro, somente o passado explica o presente. A segunda, menos explícita porém não menos importante, sugere que em algumas áreas e em certos tipos de atividade, existiram relações mais democráticas e igualitárias. Estas relações seriam decorrentes sobretudo, do modelo econômico implantado e de um menor contingente de escravos tal como em anteriores áreas de exploração colonial.

Essas especificidades, nem sempre assumidas nos textos, constituem o pano de fundo na construção dos argumentos que irão produzir as representações sobre o papel desempenhado pelos negros na história e a sua contribuição até os dias atuais. Estando em sua maioria inter-relacionadas, irão, com maior ou menor

ênfase, chamar a atenção e destacar a especificidade do Sul, sem contudo suficientemente explicá-la, contribuindo assim para uma simplificação da história do negro nesta região do Brasil, afirmando tanto o particular pelo geral, como o presente pelo passado, o local pelo regional e assim por diante. Ao analisar esses textos, pude concluir que também aí, *na literatura científica, o negro é invisibilizado*, seja porque não intencionam revelar a efetiva contribuição destes, seja porque os textos vão se deter na sua ausência, na reafirmação de uma suposta inexpressividade. Seus efeitos podem ser observados nas práticas políticas atuais: os argumentos da "insignificância numérica" do negro no Sul causam impacto ou imobilizam até os militantes da causa negra.

A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações. A noção de invisibilidade, utilizada por vários autores para caracterizar a situação do negro, foi utilizada pela primeira vez na literatura ficcional americana por Ellison (1990) para descrever o mecanismo de manifestação do racismo nos Estados Unidos, sobretudo na entrada dos ex-escravos e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado e as relações sociais decorrentes de sua nova condição e *status*. Ellison procura demonstrar que o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma

de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade. Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim, que *ele é visto como não existente*. É interessante observar que este mecanismo, posteriormente percebido também no Brasil⁹, ocorre em diferentes regiões e contextos, revelando-se como uma das principais formas de o racismo se manifestar. Como *um dispositivo de negação* do Outro, muitas vezes inconsciente, é produtor e reproduzidor do racismo. A invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais, oficiais e nos textos científicos.

Na literatura sobre Santa Catarina, deparei-me com trechos ou passagens, em sua maioria de inspiração positivista¹⁰, que explicam o sucesso econômico do Estado sempre atribuindo-o exclusivamente à colonização com europeus, superdimensionando o imigrante, ao invés de se deter pormenorizadamente no conjunto de variáveis que o colocaram nessa posição privilegiada, seja quanto ao acesso à terra seja quanto aos processos produtivos que irão se implantar ao longo de sua fixação no território. Ou mesmo,

⁹ Conceito mencionado por FERNANDES Florestan. *Significado do Protesto Negro*. São Paulo, Cortez, 1989, HASENBALG, Carlos, e SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988 e BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras Negras: invisibilidade expropriadora. *Textos e Debates*. Florianópolis, NUER, ano I, n.2, 1990, p. 7-23

¹⁰ Explicações inspiradas na doutrina de Augusto Comte, centradas na ótica do desenvolvimento e progresso das Nações e no papel das "regiões colonizadas".

desconhecendo o outro lado, o dos projetos fracassados, incorrendo com esta omissão numa reafirmação da idéia de superioridade racial falaciosa.

Muitos são os mitos construídos através destas assertivas. A de que a escravidão aí teria sido mais branda porque o senhor possuía menor número de escravos e trabalhava lado a lado com seu escravo. A de que no Sul houve menos discriminação racial e se construiu um sistema de posições sociais mais igualitárias porque os negros eram raros e não ameaçaram os interesses dos brancos. Esses mitos beiram a ingenuidade, o simplismo, mas muitas vezes por trás deles se esconde uma justificativa para o "esquecimento", para a aceitação da desigualdade, ou para a afirmação da suposta democracia racial.

A HISTÓRIA

Desde os primeiros tempos da colonização portuguesa, o litoral de Santa Catarina caracterizou-se pela média e pequena propriedade e pela policultura. Este aspecto foi suficiente para limitar o interesse pelo sistema escravista aqui implantado. As explicações sobre este sistema e a formação do Estado invariavelmente partiu das comparações com a economia de "plantation", com os ciclos econômicos voltados para a exportação.

Contaminados pela ótica colonialista, também os viajantes e os estudiosos, salvo raras exceções, só tiveram olhos para a condição colonial, para o papel do país como abastecedor do mercado externo e isto os impediu de entender o que se passava em outras frentes.¹¹ Os estudos sobre a formação histórica e a composição étnica da população de Santa Catarina têm reproduzido este quadro, de maneira consensual, tanto na confirmação destas premissas quanto no consentimento, pelo silêncio.

As terras que vieram a pertencer ao Estado de Santa Catarina encontravam-se em área estratégica no processo colonial de penetração e ocupação do sul do país. Mas esta região enfrentou, desde o início, o descaso do governo central, interessado, primordialmente, nas áreas e atividades econômicas voltadas para a exportação. Desequilíbrios demográficos, ausência de uma economia forte voltada para o mercado externo, de investimentos de grandes somas de capitais são algumas das explicações mais correntes sobre as consequências desta política. O território aparece como "vazio" de "gente" e de impulsos econômicos capazes de projetá-lo no cenário nacional. A importância de Santa Catarina, num primeiro momento, esteve

¹¹O mesmo aconteceu com as análises sobre a economia de Minas Gerais após o auge da exploração aurífera. Vide MARTINS, Roberto, *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1980.

ligada à defesa da costa, como ponto de apoio da navegação marítima para o Prata, e no interior, como rota obrigatória do comércio de charque do Rio Grande do Sul para o abastecimento das minas e centros urbanos emergentes. A região, portanto, foi considerada, durante o século XVIII, terras de passagem, com pouca fixação, e uma pequena produção voltada para o abastecimento local.

Seguindo estas evidências, a maioria dos autores tem atribuído ao escravo uma participação "muito reduzida" nesse processo. Descartando qualquer possibilidade de ter havido aí uma atividade econômica que exigisse um expressivo investimento em escravos, ou que tivesse uma dependência irrestrita destes, procuram pôr um ponto final sobre o assunto. A meu ver, começam aí os problemas, pois uma coisa é o contingente de escravos e o tamanho do empreendimento e outra é o grau de dependência do trabalho escravo, o seu significado no contexto próprio em que foi referido. *Há uma associação direta entre o porte do empreendimento, e o grau de dependência que este empreendimento teve do trabalho escravo, sua relevância sendo diminuída quando comparado a atividades exportadoras, tais como a plantation ou a mineração.*

Por outro lado, os próprios dados apresentados, se lidos em suas entrelinhas, contradizem estas afirmações ao enfatizarem a

importância, durante o século XVIII e o XIX, da mão-de-obra escrava. As armações baleeiras são um bom exemplo. Não sendo enquadradas nas atividades de grande porte, seu crescimento e tempo de duração foram considerados curtos para merecerem uma análise de seu impacto na formação do Estado. Não sendo uma atividade voltada para a exportação, embora significativa para o abastecimento interno, foi pouco discutida. O parâmetro, reafirmo, foi a atividade exportadora, impedindo a avaliação de sua dimensão no contexto local, o seu grau de dependência do trabalho escravo e suas influências no processo de povoamento. Com exceção das reduzidas menções feitas no estudo clássico de Ellis (1969, 1973), pouco se sabe sobre o destino dos escravos empregados nessa atividade. Tomando-se como parâmetro o tipo de economia das províncias do centro, e mesmo enfatizando o seu papel secundário e efêmero, a autora enfatiza que "*o negro representava capital material e humano sobre o qual se assentava a indústria do óleo de baleia, tal como sucedia com a do açúcar, em que o escravo era as mãos e os pés do senhor de engenho*" (Ellis, 1973, p.310). A Armação de Nossa Senhora da Piedade, erguida em 1740, foi a maior e a primeira a ser construída, seguindo-se as de Lagoinha, Itapocorói, Garopaba, Imbituba e Ilha da Graça. Com a decadência desta atividade, edifícios e terras, ferramentas e escravos da Armação de Nossa Senhora da Piedade

foram arrendados a Antônio Mendes de Carvalho, último administrador das feitorias. Em 1836 a Marinha os incorporou e, então, vendeu ou alforriou em seguida os escravos (Ellis, 1969, p.196). Interessante observar que diferentemente das hipóteses de venda e evasão para outras regiões, há, nos dias atuais, em concordância às afirmações desta autora, uma grande porcentagem de negros na Marinha sediada em Florianópolis, constituindo-se aí um verdadeiro *reduto, ou território*. Muitos deles, através das viagens, fixaram-se no Rio de Janeiro, mantendo porém vínculos locais, através de seus familiares que aqui permaneceram. O mesmo aconteceu em Garopaba e Imbituba (Ellis, 1969, p.197). A autora nos lembra que o núcleo de Nossa Senhora da Piedade encerrou-se com a colonização alemã, pois uma das inúmeras colônias germânicas foi a da Piedade, estabelecida em 1847, nas terras da antiga Armação. Constatamos também aí atualmente muitos descendentes destes residindo nas proximidades, alguns na periferia dessas cidades, outros na área rural. A ausência de pesquisas capazes de reatarmos os vínculos da população negra atual com o passado apenas contribuem para torná-la ainda mais invisível.

Desde o início da colonização, a área que veio a constituir o Estado de Santa Catarina não se integrou ao tipo de economia de exportação como outras províncias, sendo o seu comércio

marítimo e fluvial, de pouca atividade reexportadora e, mais do que tudo, um ponto de apoio para o comércio interprovincial. Entre os produtos comercializados, Hubener (1981, p.60-65), que estudou o movimento portuário, não menciona escravos mas insiste na existência de contrabando, de substantiva entrada ilegal dos mesmos.

Percorrendo a historiografia, é impressionante o silêncio que paira sobre a população negra. Mira (1920, p.4), por exemplo, colocou um ponto final sobre o grupo, afirmando que "*a população de raça preta é pequena*" e passando a enfatizar a necessidade de imediata adaptação do imigrante e a sua definitiva fixação. Blum (1939) escreveu um texto sobre a campanha abolicionista na antiga Desterro, onde os escravos e libertos não foram sequer mencionados. O que predomina é o enaltecimento dos "ilustres" da sociedade catarinense e uma saudação à memória dos abolicionistas. O mesmo ocorreu na crônica de Barbosa (1940) sobre a sociedade da época: o português aparece como "*povo dócil e de boa índole*", a escravidão aí exercida foi considerada mais "*suave*", o africano "*submisso*" ou "*selvagem*". O autor detectou um certo êxodo dos negros citadinos para o campo, defendendo também as teses que previam o desaparecimento destes.

Cabral explicou a "*redução progressiva*" do percentual de população escrava, sustentada pela maioria de fontes documentais

do século XIX, como sendo conseqüência da evasão desta população para as áreas do café, em decorrência da "estagnação" da economia local, do fim do tráfico e do aumento do preço dos escravos. Como esta hipótese pode ser comprovada? Azevedo (1987), por exemplo, assegura que durante esse período havia em São Paulo uma série de medidas do Legislativo para barrar a entrada de mais escravos e, por outro lado, havia o interesse em favorecer, ao máximo, a imigração européia (1987, p.30). Em outro trabalho, Cabral (1939) informa que o "elemento negro" em Santa Catarina não excedeu os 18 mil (não esclareceu sua condição, se eram escravos ou não) em 1857. *"Foi abaixando paulatinamente, a ponto de em 1881 se encontrar reduzido a 11 mil"*. Atribuiu novamente esta baixa à saída deles para outras províncias, principalmente São Paulo. A abolição a partir de 1870 é, segundo ele, fruto da livre e espontânea vontade dos senhores. Ocorriam alforrias isoladas até que, a 24 de maio de 1888, o Presidente da Câmara e demais vereadores informaram ao Presidente da Província de Santa Catarina que aí não havia nem um só escravo. Depois de tais relatos, o autor presta sua homenagem aos ilustres abolicionistas da Capital, elementos da alta sociedade, do comércio, das letras, da política, da imprensa. Ficou evidente sua preocupação em resgatar o modo de vida das famílias ilustres, bem como o dos homens que se dedicavam à

política local. Portanto, após afirmar que *"Santa Catarina foi insignificante em população escrava ..., em comparação à densidade verificada em outras Províncias"*, Cabral (1939, p.168) concluiu que *"não é, pois de admirar, com a reduzida percentagem de cativos existentes em Santa Catarina que nada ou quase nada (grifo meu) tenha ficado em nossa literatura e em nossa história a respeito"*.

Piazza (1976, p.219-220) escreveu sobre o escravo na economia minifundiária, interpretando pouco os dados estatísticos apresentados sobre Santa Catarina, mas o suficiente para privilegiar as interpretações já elaboradas por outros autores sobre o sistema escravista brasileiro. Em contraposição à economia de "plantation", destacou como principal diferença o fato de que a escravidão negra não teve as mesmas dimensões que em outras partes do Brasil, e que *"tal se deve ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris"*. Enfatizando em suas conclusões a *"falta de núcleos expressivos de população negra no atual Estado de Santa Catarina"*, seu trabalho não levanta muitas questões a respeito do grupo, ou das diferenças apontadas. Por exemplo, afirma que a partir de 1829, e mais intensamente a partir de 1850, houve uma preocupação maior em consolidar uma sociedade agrícola, com base em trabalhadores livres e no trabalho familiar e que, face a isto, acentuou-se o bloqueio à escravidão

negra. Não explica, contudo, a valorização do escravo no mercado, nesse mesmo período, e o crescimento deste grupo, verificado mais tarde por Cardoso & Ianni (1960) através dos Relatórios de Presidentes de Província, depoimentos de comerciantes e agricultores locais. E se o sistema escravista não tinha grau de significação para a sociedade da época, como explicar "uma campanha abolicionista vigorosa e intensa", descrita por Piazza (1983, p.450). Mais tarde, escreveu: "*...como se viu não foi muito expressiva, numericamente, a contribuição africana à população catarinense, sendo ela predominantemente urbana*". O autor, preocupado em apresentar provas documentais, não se dispõe a esclarecer como foi o relacionamento entre os senhores e escravos, quais eram e como foram demarcadas as diferenças sociais; como era a organização do trabalho familiar, quais os índices de miscigenação e o que diferenciava o escravo do ex-escravo, neste modo de produção e tipo de organização social, tornando ainda mais difuso o quadro histórico que tenta traçar.

Alguns números mais divulgados por esses autores já levantam dúvidas sobre o quadro interpretativo daí resultante. De fato, não é possível tomar a Ilha de Santa Catarina por toda a Província, mas mesmo aí os dados são, no mínimo, curiosos. Somente na Ilha de Santa Catarina, Cabral (1970) encontra em 1810, após, portanto, a chegada de açorianos, 25,54% de

população escrava. O viajante Saint Hilaire, também citado por esse autor, esteve na Ilha três décadas após aquela data e revela quase esta mesma proporção: 21,87%. Contando com o fato de que havia também grandes quantidades de população indígena escravizada, este número não nos parece insignificante. Para a população da cidade do Desterro, nessa mesma época, em 1810, o viajante Lawrence faz uma estimativa de 32,17% de população escrava que, tendo sofrido um decréscimo, passou para 26,88% em 1840. Antes disso, Langsdorf, viajante europeu que aportou em Santa Catarina de 1803 a 1804, verificou que aí a riqueza era medida pelo número de escravos que se possuía. Escreveu: "*...a quantidade de escravos negros de ambos os sexos que se vêem aqui é estranho aos olhos desacostumados de um europeu qualquer*"¹².

No entanto é o depoimento do viajante Saint Hilaire que demarca o início deste tipo de interpretação ao informar que 1840 havia na Província um negro para cada cinco brancos. Sua conclusão, no entanto, é de que eles eram muito raros. Ora, é preciso lembrar que Saint-Hilaire tinha como parâmetro suas viagens às Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Mesmo assim, seria importante saber qual o significado da

¹²Parte dos relatos de Langsdorf encontram-se em Berger (1979).

26
palavra "raro" empregada por ele. Referiu-se, por exemplo, ao mercado que naquele momento estava em alta. Havia muita procura de escravos e os preços subiam. A partir da década de 20 do século XIX, período em que Saint-Hilaire viajou pelo Sul do Brasil, já havia carência de mão-de-obra escrava. Isto, inclusive, se agravou a partir de 1850, com a extinção oficial do tráfico.

Mais recentemente, Pedro (1988), revendo os dados estatísticos de inúmeras fontes, conclui que os escravos em Desterro (atual Florianópolis) nunca foram a maioria, porém sua participação não era desprezível, representando a quinta parte do contingente populacional até meados da década de 1850. O censo de 1872 indicou que a população escrava correspondia a 9,37% da população total, ou seja, havia 14.984 escravos de origem africana na Província.

Não diferindo dos demais autores, Cardoso & Ianni (1960, p.24) procuram a comparação, privilegiando o parâmetro externo. *"...sobretudo se compararmos o aproveitamento do negro noutras regiões do Brasil, o contingente de trabalhadores escravos na agricultura da Ilha, durante o século XVIII, foi reduzido"*. Após enfatizarem a pouca dependência da mão-de-obra escrava, são unânimes em afirmar a precariedade dos dados de que dispunham para análise. Esta precariedade, contudo, não poderia ser traduzida como inexistência, nem tampouco como insignificância. Se por um

27
lado enfatizam como uma das especificidades a pouca participação do escravo na economia, por outro há um destaque à participação do escravo em todas as atividades econômicas da Ilha, no século XIX e início do século XX: na agricultura, nos engenhos de açúcar e mandioca, nos curtumes de couro, na indústria extrativa, na criação de gado, etc. Citando Saint Hilaire, mostram que mesmo os lavradores pobres recorriam ao braço escravo (p.28-29). No entanto, em sua avaliação final, tenderam também a reduzir a importância, balizando os dados através de comparações com outras regiões do país.

Na década de 50, a Ilha de Santa Catarina é escolhida por Cardoso & Ianni (1960) para uma pesquisa em decorrência de suas peculiaridades, por sua formação histórica "singular", por diferir das áreas de povoamento mais antigo. As peculiaridades apontadas são: 1- não ter tido exploração de produtos tropicais do tipo colonial; 2- não ter tido um regime escravocrata de grande extensão e intensidade; 3- ter sido palco da colonização estrangeira que teria, segundo as principais hipóteses, contribuído para a elaboração de padrões de convivência racial distintos dos que prevaleceram nas zonas tradicionais.

Cardoso & Ianni (1960, p.XXX) afirmam inicialmente que *"os padrões de relações interraciais do presente guardam ligações com a ordem tradicional de acomodação racial"*. No

decorrer da pesquisa Cardoso & Ianni (1960, p.96) expressam melhor esta relação ao captarem a imagem de Florianópolis, na década de 50, como "uma cidade luso-brasileira" - tanto na paisagem urbana como nos costumes. O negro, segundo esses autores, encontrava-se numa situação de minoria numérica, habitando a periferia dos morros ou os bairros pobres (p.156), marginalizado econômica e socialmente. Verificaram que havia certamente especificidades na organização espacial, nas relações entre os grupos, e que havia preconceito racial. Concluíram que a participação do grupo no coeficiente total da população da Ilha era pequena. Isto pareceu-lhes suficiente para inferirem sobre as suas razões, atribuindo-as ao passado escravo. Mas algo não ficou claramente explicado: se o equilíbrio entre "brancos e negros" foi sempre diferente do de outras províncias, se a dependência da mão-de-obra escrava na Ilha foi menor, como e por que o sistema continuou a se autogerir com a mesma lógica dos demais? Face a estas questões, afirmar que o racismo é fruto do sistema escravista não esclarece muito o presente. Portanto, não parece suficiente a correlação direta entre o tipo de sistema escravista implantado no passado e as relações que se estabeleceram entre os vários grupos, no presente. Endossando o enfoque de Florestan Fernandes que se vincula à teoria da assincronia da mudança social, explicativa de questões presentes como resultado de arcaísmos e sobrevivência

do passado, percebem "o conteúdo 'tradicional' e 'arcaico' das relações raciais, manifesto na presença de preconceito e discriminação como um legado da escravidão e anomalia da ordem social competitiva emergente".

A primeira parte da obra desses autores¹³ pretende evidenciar a peculiaridade desse sistema, decorrente da comparação com padrões de interação racial elaborados nas áreas da grande propriedade territorial de base escravocrata. A economia do Sul "assume formas específicas de desenvolvimento que irão diferenciar das outras áreas do Brasil" (Cardoso & Ianni, 1960, p.4). No decorrer de sua análise, Cardoso dá cada vez mais ênfase às comparações: A explicação da "*pequena importância do negro na economia do Brasil Meridional relativamente às outras áreas do país, não pode ser encontrada senão tendo-se presente o quadro geral da economia colonial (...) por isso, o escravo não exerceu um papel importante na colonização do Brasil Sul*" (p.5). Ao mesmo tempo em que Cardoso insiste na comparação com outras áreas do Brasil admite, citando as mesmas fontes históricas, que nenhum setor passou sem esta mão-de-obra. Os escravos africanos, segundo ele, fizeram parte das expedições de conquista

¹³A primeira parte dedicada à reconstituição histórica é assinada por Cardoso e a segunda, envolvendo dados do presente, coletados através de questionários, é da autoria de Ianni. Passado e presente visam criar uma única interpretação sobre as relações entre negros e brancos em Florianópolis.

30
e ocupação, acompanharam a construção e defesa dos fortes, estiveram nas fazendas de gado de Laguna, nas armações baleeiras, servindo aos funcionários do governo e suas famílias e, posteriormente, à parte dos açorianos que aqui se estabeleceram na pequena e média agricultura, e também nos serviços de navegação e cabotagem. E, finalmente, servindo aos comerciantes e suas famílias, nos mais variados serviços domésticos. A participação da mão-de-obra escrava é enfatizada ainda em dois setores, o comércio e a pesca, mas acabam concluindo que foi o setor agrícola que mais absorveu escravos. Até mesmo o trabalhador pobre, às custas de uma rigorosa economia, acabava comprando um escravo para auxiliá-lo no cultivo da terra. Isto, inclusive, é apontado como a diferença principal e qualitativa em relação às áreas com grandes propriedades. Aí o senhor trabalhava ombro a ombro com os escravos. Os autores admitem, porém, o crescimento interno no comércio de abastecimento urbano que gerou, inclusive, uma camada diferenciada de ricos senhores de escravos. Cardoso & Ianni, seguindo a tradição dos estudos que balizaram suas interpretações, a dos grandes ciclos econômicos voltados para o mercado interno, preferem dar como explicação o fato da economia de Santa Catarina não ter se organizado "visando a produção colonial". Quer dizer, era a condição de colônia, seu *status* frente às demais que explicaria, que daria o parâmetro de

31
seu crescimento e importância. Tudo que não se voltou para o mercado exportador foi considerado desimportante, mesmo no que diz respeito a seu papel regional. Reconhecem, ao mesmo tempo e em diversas passagens de sua obra, a insuficiência de dados, inclusive sobre a utilização da mão-de-obra no período analisado. A exemplo do que Martins (1980) observou em relação a Minas Gerais, a insistência de Cardoso & Ianni em conferirem importância exclusiva ao que estava acontecendo principalmente com a exportação em Santa Catarina não permitiu que apreendessem a significação e a dinâmica própria de seu crescimento. A peculiaridade do sistema econômico explica a minoria numérica embora, no momento de caracterizar esta peculiaridade, ela não fique suficientemente esclarecida. Aliás, a hipótese da especificidade se dilui quando se vai caracterizar as relações entre os grupos sociais existentes e se percebe que o modelo de convivência foi "parecido". Mas em quê? Em que foi diferente? Apenas na quantidade de escravos e no tipo de economia?

A premissa da insignificância numérica está atada à das relações pouco hierarquizadas, ao mito da democracia racial. A idéia de "escravo, porém bem tratado", de "negrinho de criação", disfarça atitudes de dominação, desprezo e exploração. Relatos de Saint-Hilaire (1974, p. 47 e 73) servem para reforçar as idéias de

que o escravo das estâncias, ao contrário das charqueadas, teriam sido mais bem tratados, por serem em menor número. A pobreza da população de origem açoriana, gerada por atividades de subsistência, a "raridade" dos escravos e o fato de trabalharem lado a lado com o senhor, levaram também Pedro a afirmar "uma organização bastante peculiar", embora reconheça que apesar de baixo poder aquisitivo, a posse de escravo era a forma de ostentação e um dos elementos de demarcação das diferenças sociais. Qual seria então esta peculiaridade? O fato de ter dependido de 10 ao invés de 100 escravos alteraria o teor das relações entre senhores e escravos e o tipo de racismo? A diferença estaria entre ter 1 ou 10 escravos?

Na segunda parte da pesquisa, e empenhados em questionar este modelo de democracia racial, Cardoso & Ianni (1960, p. 147) consideraram importante provar que mesmo nas áreas onde o sistema colonial não esteve voltado para a exportação, áreas estas que não tinham, em seu passado histórico, vivenciado um sistema escravista de grande porte, os descendentes de escravos foram fortemente discriminados. Concluem que mesmo não tendo uma hierarquia fortemente demarcada, e tendo recebido grandes fluxos migratórios europeus, apesar de tamanhas peculiaridades, o preconceito racial se fazia presente. Até aí, as hipóteses levantadas parecem pertinentes. O problema aparece na compatibilização das

suas linhas explicativas. Há uma clara intenção em atar as especificidades históricas apontadas ao modelo geral de convivência racial do país em formação, "*pensava-se em Desterro como em termos do Rio de Janeiro*". Em Desterro, portanto, as condições de existência social não foram amenizadas. Apesar do domínio da pequena propriedade, o contato mais íntimo entre o senhor e o escravo em quase nada contribuiu para suavizar a dura condição de não-homem, de máquina de produção. Por outro lado, esses autores não deixam de introduzir novos estereótipos ao modelo de democracia questionado, ao concluírem que "*os alemães tratam os negros e mulatos com grande cordialidade*"(p.177).

O TERRITÓRIO

A legitimidade e a importância dos diferentes grupos étnicos existentes no Sul passou pelo acesso à terra, pelo seu reconhecimento no território, pela sua inclusão no sistema de direitos sociais. Para os descendentes de africanos, isto ainda não ocorreu. Daí porque é necessário a mudança de perspectiva para extrair algo novo, entender a ideologia, e principalmente a "cartilha" que a norteou. Examinando-a pude perceber que o sucesso da política imigratória brasileira teve seus objetivos

plenamente alcançados. Em meu trabalho de campo, anotei muitos depoimentos, frases extraídas de conversas cotidianas, comentários críticos e piadas que, reunidas, anunciam a continuidade destas representações. A seguir, apresento alguns trechos dali extraídos.

O Estado não dependeu da mão-de-obra escrava. (...) os negros que aqui ficaram foram suplantados pelo contingente de imigrantes.(...) Graças à imigração, regiões antes mergulhadas no atraso e na estagnação se desenvolveram e progrediram.(...) Foram a raça, o vigor e a superioridade do imigrante europeu, assim como o seu trabalho e a sua inteligência, que construíram um sul desenvolvido.(...) Ao contrário de outras regiões, foi a não-dependência da mão-de-obra escrava, principalmente, que possibilitou tudo isso.(...) O preenchimento deste espaço com uma raça superior (...) a sua vocação européia pôde desenvolver-se graças à ausência do negro.

Estes trechos revelam-nos a reatualização do racismo, em uma narrativa cotidiana, depreciativa do Outro, e que, reproduzida em até três gerações, é divulgada também pelos negros que estão pouco escolarizados e politizados, que tiveram, até o presente, poucas oportunidades de debater a questão.

Interessante observar que enquanto a identidade brasileira é inclusiva, procura contemplar a diferença étnica, *a identidade do sul, se constrói pela negação do negro*. É principalmente neste século que a imagem do negro pouco a pouco fazendo parte da identidade nacional em construção, da idéia de "cultura brasileira". Nesse mesmo período, no Sul, ele é sistematicamente retirado do quadro da identidade regional. Um dos fortes componentes da identidade étnica da região Sul no âmbito da Nação é a sua branquidade, a sua europeização¹⁴.

Assiste-se, portanto, desde o século XIX, tanto nas práticas quanto nas representações, ao branqueamento do Sul. Além de ser reforçada pela historiografia, a população descendente de africanos vai se tornando proporcionalmente menor no quadro de crescimento cada vez maior de descendentes de europeus - confirmando, portanto, o sucesso da política imigratória e da ideologia racista. Será no século XX que ela se completará. Entre 1904 e 1950, o aumento da população de origem européia foi de 784% (Cardoso & Ianni, 1960, p.94). Mais do que propriamente extinta, o que ocorre é que a população descendente de africanos vai diminuindo, insisto, proporcionalmente, o que não significa, em hipótese alguma, uma diminuição em termos absolutos. Mesmo

¹⁴Manifestações desta europeização aparecem sobretudo nos discursos dos alemães e principalmente dos descendentes de italianos e se torna mais explícito no contexto dos movimentos separatistas.

que tenha continuado a se reproduzir, mesmo que tenha permanecido constante ou até crescido em porcentagem, através dos fluxos migratórios recentes, que são significativos, o embranquecimento passou de representação a fato estatisticamente comprovado.

Mas é sobretudo o desconhecimento, o que passou a servir de pretexto para as evasivas em torno da população negra no Sul. Novos mecanismos, sutis ou explícitos de exclusão dos negros, são revelados nas pesquisas recentes¹⁵. Por outro lado, diferentes estratégias, utilizadas pelos negros ao longo deste século para lidarem com a invisibilidade, o racismo e as mais diferentes formas de segregação, não podem mais ser desconsideradas. *O território negro aparece, então, como elemento de visibilidade a ser resgatado.* Através de, os negros, isolados pelo preconceito racial, procuraram reconstruir uma tradição centrada no parentesco, na religião, na terra e nos valores morais cultivados ao longo de sua descendência. A tradição negra tem sido, comprovadamente, o próprio enfrentamento, a resistência cotidiana, a luta pela recuperação da auto-estima. Tanto nas áreas rurais como nas

¹⁵ O Mapeamento dos Territórios Negros no Sul do Brasil, realizado pelo NUER- Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas da Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio da Fundação Ford e CNPq, já levantou em torno de cem áreas habitadas exclusivamente por população negra nos três Estados do Sul do Brasil.

periféricas e urbanas, os negros consolidaram sua identidade social através da demarcação simbólica expressa por uma fronteira étnica que é construída ao longo de muitos anos de resistência e em específicos e diversos contextos: na casa, na vila, no bairro, no clube, na rua, no bar. Esta fronteira étnica, coincidindo em diversos casos com a ocupação de uma terra, configura uma apropriação coletiva que é passível de titulação, esta situação, percebida mais recentemente, precisa ser melhor investigada e constitui um dos mais importantes pleitos a serem consolidados pela população negra no momento atual. E, com certeza, representa uma das vias da conquista de sua cidadania brasileira, até hoje negada.

BIBLIOGRAFIA

38

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: Reflexions on the Origin and Spread of Nacionalism*. London: [s.n.], 1991.
- ARENDRT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras negras: invisibilidade expropriada. *Textos e Debates*, Florianópolis: NUER, v.1, n.2, p.7-23, 1990.
- BARBOSA, Renato. *Geração Abolicionista*. Florianópolis: IHGSC, 1940.
- BERGER, Paulo (Comp.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979.
- BLUM, Heitor. *A Campanha Abolicionista na Antiga Desterro: subsídio para a história da campanha abolicionista na Província de Santa Catarina*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, /Imprensa Oficial, 1939.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis: Moderna, [19--].

39

- CABRAL Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- _____. *Laguna e outros estudos*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1939.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, USP, 1986.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981. Cap.: Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira.
- ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramento/Editora da USP, 1969
- _____. Escravos e assalariados na antiga pesca da baleira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6., 1973, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1973. v.1.
- ELLISON, Ralph. *Homen invisível*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

- FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade: IX Recenseamento Geral do Brasil*. 1980. Rio de Janeiro, 1983. p.34-35.
- HALSENGALG, Carlos, SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice: Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- HUBENER, Laura M. *O comércio na cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- LEITE, Ilka B. Os sentidos da cor e as impurezas do nome. *Cadernos de Ciências Sociais*, Florianópolis: Departamento de Ciências Sociais, 1988.
- MARTINS, Roberto. *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980.
- MIRA, Crispin. *Terra Catarinense*. Florianópolis: Moderna, 1920.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- PEDRO, Joana Maria (org.) *Negro em Terra de Branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no Século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PIAZZA, Walter. O. *A colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1976.
- _____. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo: Resenha Universitária; Florianópolis: UDESC, 1975.
- _____. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. Lunardelli/Editora da UFSC, 1983.
- RANGEL, R. Casal negro sente preconceito no cotidiano. *Folha de S. Paulo*, 9 de maio 1988. Caderno A, p.11.
- RENK, A. As representações da colonização no oeste catarinense a partir dos brasileiros. *Caderno do Centro de Organização da memória sócio-cultural do Oeste*, Chapecó: CEOM, v.5, n.7, abr. 1991.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977
- ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.
- ROYCE, Anya. *Ethnic Identity*. Idiana: Iniversity Press, 1982
- SAINT-HILARIE, August de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. São Paulo: USP/Itatiaia, 1974.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Silvio Coelho. *Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Mic/Pró-Memória/INL, 1987.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, A. D. *The ethnic origins of nations*. Oxford: Basil Blackwell, 1933.